



Audiência Pública

1º Quadrimestre 2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REALIZADA EM 30/05/2016

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao **1º Quadrimestre de 2016**, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios **Bimestrais** e **quadrimestrais** publicados no **Átrio da Prefeitura Municipal** e no **Site do Município de Arroio dos Ratos** (www.arroiodosratos.rs.gov.br) e para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados de forma simplificada para um melhor entendimento e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS - CONTEÚDO BÁSICO:

1- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS FISCAIS

2- COMPORTAMENTO DA RECEITA

3- COMPORTAMENTO DA DESPESA

4- SITUAÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

5- GASTOS CONSTITUCIONAIS (EDUCAÇÃO)

6- GASTOS CONSTITUICIONAIS (SAÚDE)

7 – SITUAÇÃO DA DIVIDA PÚBLICA

1 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS FISCAIS

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período acumulado até **Abril de 2016**, as Receitas Realizadas totalizaram R\$ 12.518.474,54 e as Despesas Liquidadas foram de R\$ 11.639.851,05 gerando o Resultado Primário **de R\$ 878.623,49**. Esse desempenho demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais até o primeiro quadrimestre.

2- COMPORTAMENTO DA RECEITA

A Receita Orçamentária total, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluído o RPPS e excluídas as deduções para o FUNDEB, foi prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2016 no montante de R\$ 36.000.000,00. A receita efetivada no período de acumulado até Abril de 2016 foi de R\$ 13.512.073,83, tendo sido arrecadado, portanto, 37,53% da meta anual.

2.1- RECEITAS

Mês/Ano	2016
Janeiro	R\$ 3.189.587,19
Fevereiro	R\$ 3.715.128,45
Março	R\$ 3.202.416,72
Abril	R\$ 3.404.941,47
TOTAL	R\$ 13.512.073,83

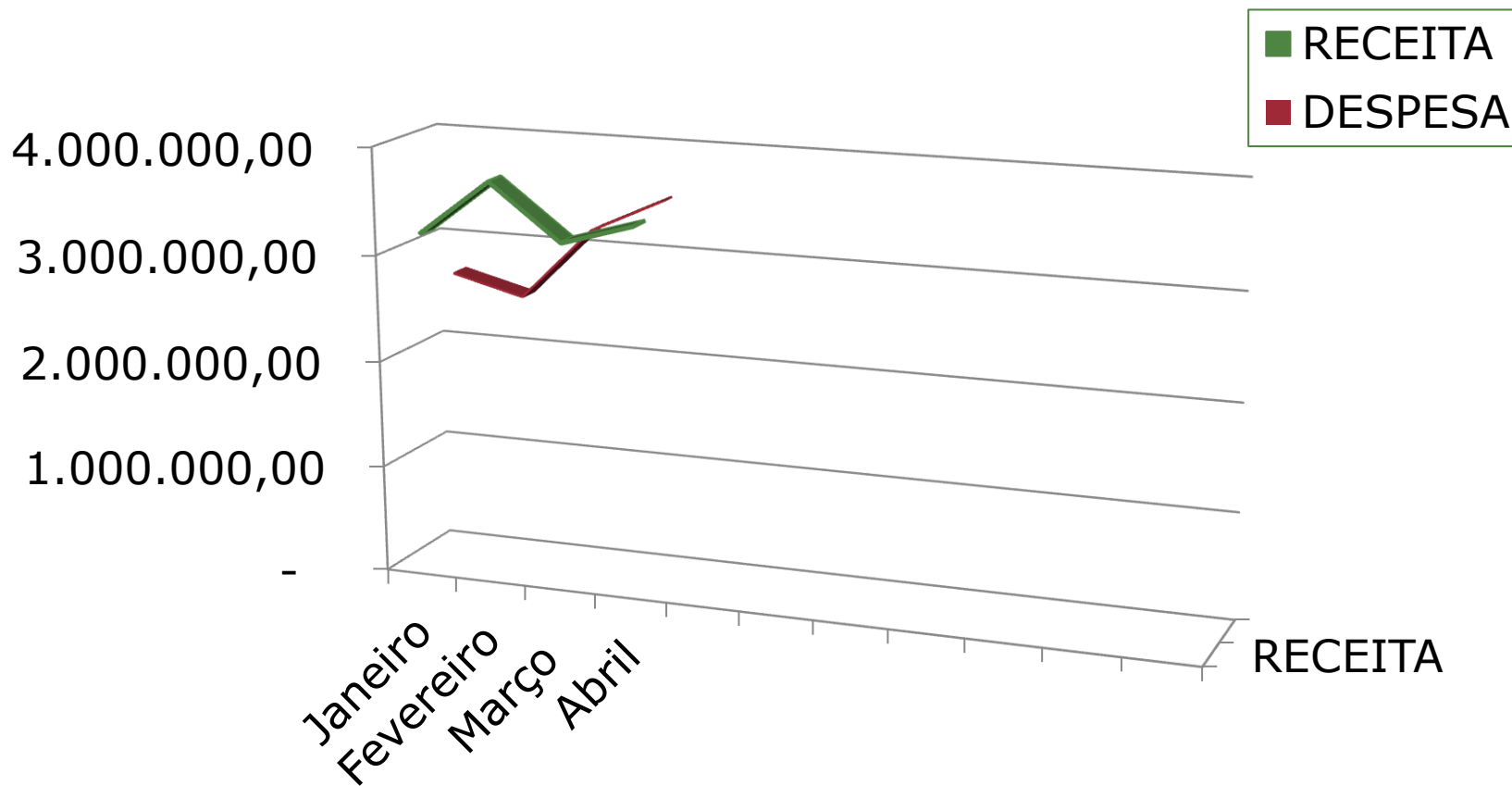
Obs.: Está considerado a dedução para o FUNDEB

3- COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período ACUMULADO até Abril de 2016, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, demonstra-se um SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (Quando a soma das receitas orçamentárias é maior que as das despesas liquidadas) de **R\$ 1.620.276,21**. A meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal consiste em obter a relação despesa pública/receita pública na proporção menor ou igual a 100%. O resultado obtido permite confirmar o cumprimento da meta.

3.1 – ACOMPANHAMENTO DA DESPESA

Despesa	2016	% RT
Despesa Corrente	10.367.406,60	87,18
Pessoal e encargos Sociais	5.235.163,69	44,02
Outras Despesas Correntes	5.132.242,91	43,16
Despesa de Capital	579.450,00	4,87
Investimento	327.503,43	2,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	251.946,57	2,12
Despesa Total	11.891.797,62	100,00



4- DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal Total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando o Poder Executivo, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses **(Maio/2015 a Abril/2016)** conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está superior ao limite prudencial de 51,30%, apresentando, o limite de comprometimento de **53,35% para o Poder Executivo.**

5- DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no acumulado do ano de 2016, totalizaram **R\$ 1.399.851,35** o que corresponde a **18,95%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município deverá aplicar o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal até o final do exercício. Em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental, o Município foi superavitário em relação ao **FUNDEB**. Assim, o ganho foi deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Também, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 53/2006 de 19 de dezembro de 2006, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a 60% dos recursos do **FUNDEB** na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico, temos que o Município, no acumulado do exercício, aplicou R\$ 1.596.064,89, ou seja, 59,05% dos recursos recebidos do **FUNDEB** foram aplicados na Remuneração dos Profissionais do Magistério o que será atendido até o encerramento do exercício em curso.

6- DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de **R\$ 1.679.637,08** o que corresponde a **22,71%** sobre a Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

7- DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada Líquida ao final do quadrimestre totalizou R\$ 855.369,63, equivalente a 2,87% da RCL apurada para o período, portanto, demonstra que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida.

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para 2016 para o Resultado Primário foi correspondida. As Despesas com Pessoal, os gastos com Educação, Saúde e a Dívida Consolidada estão dentro das normas legais. Fica demonstrado, assim, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, bem como ao atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Arroio dos Ratos, 30 de maio de 2016.

O B R I G A D O

GESTÃO 2013/2016

José Carlos Garcia de Azeredo
Prefeito

Sedenir Franceschi Vieira
Sec.Mun.da Fazenda

Fernando Fantin
Contador CRC/RS 69397